

Resenhas



LOURENÇO, EDUARDO. *DO COLONIALISMO COMO NOSSO IMPENSADO*. ORGANIZAÇÃO E PREFÁCIO DE MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO E ROBERTO VECCHI. LISBOA: GRADIVA, 2014. 348 p.

VERSÕES DE UM SILÊNCIO DEMASIADO RUIDOSO:
COLONIZAÇÃO, COLONIALISMO E MITOLOGIA PORTUGUESA

Vincenzo Russo*
Università degli Studi di Milano

O que é verdadeiramente original no comportamento português é o silêncio, uma outra versão, acaso, da tão famigerada política do “sigilo”.

Eduardo Lourenço

A felicidade do título *Do colonialismo como nosso impensado* é diretamente proporcional à homogeneidade estrutural do volume. Os três capítulos – “Crítica da mitologia colonialista (década de 60 até 1974)”, “No labirinto dos epitáfios imperiais (1974/1975 e depois)” e “Heranças vivas” – que constituem o núcleo da seleção textual realizada pelos dois editores são antecidos por um “Limiar” “brasileiro” em que a passagem biográfica de Eduardo Lourenço pela Universidade de Bahia, em 1958, cruza-se com uma primeira e originária reflexão sobre o colonialismo, quase a confirmar que, nesse momento histórico de salazarismo triunfante, o Brasil é o único lugar de onde é pensável o colonialismo português: o Brasil, ao contrário do que a moderna mitologia imperialista reza nas duas versões (“Fazer da Angola um novo Brasil”, por um lado, e, dialeticamente, por outro, “Angola não é um Brasil, não pode nem conviria, se pudesse, que viesse a sê-lo”), funciona para Eduardo Lourenço já não como um decalque por copiar nos restos africanos do Império, mas como espelho interpretativo pelo qual se podem ler e finalmente desconstruir todas as mitologias lusas & tropicalistas. Estrutura homogênea do livro, dizia-se então, favorecida também por um paratexto crítico, ao mesmo tempo linear e lúcido: a “Nota prévia” iconoclasticamente intitulada por Eduardo Lourenço “40 anos de atraso” reconhece, sem a complacência da elegia, que o desfasamento cronológico entre a escrita de alguns textos e a sua publicação ou mesmo reedição não é apenas um anacronismo, mas maneira de repensar “na consistência, às vezes opaca, outras vezes transparentes, que o tempo nos ofereceu” (p. 11). A “Nota editorial: a paixão pelo impensado”, assinada por Margarida Calafate Ribeiro e Roberto

* vincenzo.russo1@unimi.it

Vecchi, evidencia, por um lado, o critério de seleção textual dos documentos (artigos, ensaios publicados em volumes e/ou em revistas ou textos inéditos) e dos fragmentos (inéditos) “que possuem uma autonomia que não exige um aparato crítico” (p. 14); e, por outro, a recuperação genealógica da reflexão sobre o par conceitual colonialismo/colonização, que atravessou e atravessa porosamente toda a interpretação lourenciana sobre Portugal como identidade.

Voltando ao título do volume, que – tal como foi justamente notado – retoma um conhecido artigo de Eduardo Lourenço, “Do salazarismo como nosso impensado: divagação anacrónica ou ainda não”, de 1988, gostaríamos de frisar como o adjetivo “impensado” – cujas profundas implicações remontam à filosofia e à psicanálise – remete, pela sua morfologia (o prefixo “im-” forma nomes, adjetivos ou verbos negativos a partir dos correspondentes elementos de base “-pensado”), para o mesmo mecanismo de negação interpretativa de que foi objeto o colonialismo português. Eduardo Lourenço atribui o mecanismo de negação (com todas as suas refinadas tecnologias de alienação, ocultação, etc.) tanto à clássica mitologia imperialista nacional – e o salazarismo não passaria da sua extrema e extenuada versão retórica (“Mas uma tal mitologia teria sido mil vezes menos maléfica, se nestes últimos trinta anos o Regime não a tivesse elevado a forma de delírio inconcebível”, p. 159) – como a toda a constelação heterodoxa de intérpretes da história e da identidade nacional – e o pensamento de esquerda não passaria de uma escoada voz de dissenso.

Mas a questão vinha-nos de mais longe e nela (se se deixam de lado os avisos proféticos de Oliveira Martins) o chamado pensamento de “esquerda” também não se comprometeu a fundo e a sério, salvo em termos de mera e simplista condenação de um *colonialismo* que, ao fim e ao cabo, era, assim, de ninguém, por parecer pouco político comprometer nele a *nação inteira* (p. 250).

Se é verdade que o impensado não é algo que se opõe ao pensamento, mas algo que o procede e o segue, a forma como foi pensado o *nosso* colonialismo marginalizou para um espaço radicalmente outro o seu conteúdo: isto é, o impensado. A tarefa de Eduardo Lourenço foi a de pensar inesperadamente o impensado, foi reconduzir o impensado ao *nosso* pensado. De resto, o *imagólogo*-mor da cultura portuguesa desde logo se tinha apercebido de que, *por dentro* da mitologia nacional, o colonialismo ainda não fora pensado senão em raras exceções, porque o silêncio foi paradoxalmente preenchido por um excesso de imagens (*da ficção do Império ao império da ficção*) dialeticamente funcionais à práxis histórica e política do primeiro e último país colonizador da Europa (tão ufanamente declamado por Salazar em forma de monólogo perante o espelho “quebrado” da História).

Pensar o colonialismo como impensado, como o impensado da cultura portuguesa, foi para Eduardo Lourenço um desafio teórico que nos textos recolhidos agora no novo volume da *Gradiva* (quer os textos publicados, quer os inéditos) se traduz numa espécie de cartografia do silêncio ou dos inúmeros estratificados silêncios que pontuaram a mitologia cultural do Portugal colonial e até pós-colonial. O silêncio (ou silêncios) parece ser a mais vistosa conceitualização utilizada pelo filósofo para desativar, desmembrar por dentro, o discurso colonialista português. O método de análise é

conhecido: o campo de investigação é *ab origine* sempre o limitado ângulo visual da atualidade histórica do ensaísta (o Regime salazarista, o início e o desfecho da Guerra Colonial, a descolonização, os *retornados*, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia – CEE) e das suas representações ideológico-políticas, mas também sociais e religiosas (como no caso *eclatante* do silêncio das altas hierarquias eclesiásticas portuguesas perante a Guerra Colonial e a Revolução dos Cravos). Mas a análise da atualidade nunca se deixa condicionar por erros de perspectiva que podem provir do discurso ou contradiscurso dominante (veja-se, por exemplo, a crítica de Eduardo Lourenço às posições, teoricamente nos antípodas, de um Gilberto Freyre ou às soluções de um “masoquismo delirante filho de europeus niilistas ou decepcionados género Sartre ou Frantz Fanon”, p. 99).

Em suma, se o silêncio sobre o colonialismo português foi elevado a paradigma durante o Regime salazarista (é essa condição que se torna um verdadeiro *case study*), não se esqueça que o silêncio – em todas as suas versões, feitas de reticências, de ocultações, de recalçados, de ausências – definiu, desde os tempos dos Descobrimentos, os contornos de toda a questão imperial hipócrita e irreparavelmente desajustada entre a mitologia colonialista e a realidade colonial.

A não problematização da história portuguesa (com a exceção de Oliveira Martins) é uma das características capitais da consciência nacional, e essa ausência de olhar crítico sobre nós está relacionada justamente com o facto de sermos os prodigiosos autores de uma gesta de colonização que nunca nos pôs problemas. Quando os houve, e graves, foram os outros que no-los puseram (p. 190-191).

Por mais incrível que pareça, segundo Eduardo Lourenço, até a rutura histórica e simbólica que o 25 de Abril de 1974 representou para a consciência identitária portuguesa (esse momento que altera *o estatuto secular de Portugal como nação colonizadora*) não chegou a converter em matéria “pensável” o Império, nem sequer as questões mais contingentes de um tempo como o tempo português, que, em poucos dias, senão em poucas horas, passou, para utilizar uma fórmula sintética, de colonial para ex-colonial ou pós-colonial. A não descolonização (na expressão que empresta o título a um dos textos inéditos), a África e a presença/ausência portuguesa nela dos “resíduos humanos” chamados *a posteriori* “retornados”, as possíveis reconfigurações de ordem militar, política, diplomática que envolvem, por um lado, Portugal e, por outro, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde (do ressentimento ao neocolonialismo disfarçado de confederação luso-africana): em cima disso tudo pousa o pó imperturbável do silêncio, “a não-fala cultural sobre aquelas realidades-tabus que estruturavam a opacidade do Antigo Regime” (p. 264).

Apesar de a realidade, até brutal, dos destinos pessoais e coletivos vir à tona da História na trágica transição da Guerra Colonial (aliás, como é sabido, nunca declarada), tudo aconteceu como se nada houvesse: “nada houve, não se passou nada, apenas um lamentável mal-entendido em vias de total resolução” (p. 264). O tempo novo – libertado e libertador – da Revolução dos Cravos e o tempo já conservado e conservador do pós-Novembro de 1975 justificavam essa atitude desenvolta perante a nação e a Europa. A ausência de traumatismo (tantas vezes glosada por Eduardo Lourenço) que

perpassou a consciência nacional pela perda do Império é apenas o contraponto do déficit de problematização com que o colonialismo português e o seu *pós-* foram pensados.

Contrariamente ao que foi dito por alguns comentadores que evocaram, entre as páginas desse volume in-atual, o esgotamento da metodologia de Eduardo Lourenço – a notória psicanálise histórica –, o que nos parece mais sensato é afirmar que o colonialismo português, mais do que ter sido o produto do *nosso* impensado, foi a causa do *nosso* impensado. Se algum mérito tem a edição *Do colonialismo como nosso impensado*, é o de nos projetar, a nós, leitores de hoje dos textos de Eduardo Lourenço, na dimensão a que podemos chamar de contemporaneidade do não contemporâneo: lendo agora esse livro repetimos a experiência do autor que com *40 anos de atraso* adverte que o tema do colonialismo português foi uma descoberta de então e que o tema da atualidade de então só “seria mais tarde História”.



Recebido em 28 de maio de 2015
Aprovado em 28 de junho de 2015